

As reformas estão a dar os seus frutos, mas há que não esquecer os mais vulneráveis - relatório da UE

Reformas em matéria de protecção social e políticas de inclusão activas contribuíram visivelmente para um crescimento mais elevado e mais empregos na Europa no ano passado. Porém, de acordo com um relatório da Comissão que vai ser discutido pelos Ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais a 29 de Fevereiro, é necessário fazer mais para garantir que estes benefícios atingem aqueles que vivem nas margens da sociedade e concorrem para melhorar a coesão social. O «relatório conjunto sobre a protecção social e a inclusão» de 2008 incide nas prioridades e nos progressos realizados nas áreas da pobreza infantil, do prolongamento da vida activa, dos regimes de reforma privados, das desigualdades na saúde e dos cuidados de longa duração. Uma vez adoptado pelo Conselho, o relatório irá ao Conselho Europeu da Primavera de 13 e 14 de Março a fim de destacar a dimensão social do pacote empregos e crescimento.

«As nossas reformas nos sistemas de protecção social e as políticas de inclusão social estão a dar frutos: promovem a coesão social e o crescimento trazendo mais pessoas para o mercado de trabalho e tornando mais sustentáveis as finanças públicas» declarou Vladimír Špidla, Comissário da UE para o Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades. «Mas um crescimento económico são e a criação de emprego não melhoram automaticamente a situação dos mais marginalizados nas nossas sociedades. Precisamos de políticas conjuntas para termos a certeza de que incluimos plenamente os mais vulneráveis.»

O relatório deste ano incide nalguns temas-chave - uma inovação recente que veio acrescentar valor ao método aberto de coordenação da UE no domínio das políticas sociais. Conseguiu-se deste modo uma maior compreensão, promoveu-se a aprendizagem mútua, incentivou-se um acompanhamento mais eficaz e se deu-se conta dos resultados de forma mais específica. No conjunto, os progressos revelam-se prometedores, embora o relatório destaque uma série de áreas que devem merecer maior atenção no futuro:

- As taxas de emprego aumentaram para todas as categorias de **trabalhadores mais velhos**. A taxa de emprego global no escalão dos 55-64 anos aumentou de 38% em 2001 para 44% em 2006 e o objectivo de Lisboa de 50% em 2010 foi alcançado por nove países (Dinamarca, Estónia, Irlanda, Chipre, Letónia, Portugal, Finlândia, Suécia e Reino Unido), embora nalguns essa taxa ainda se situe nos 30%. As medidas de inclusão activa, assim como as reformas das pensões e dos mercados de trabalho melhoraram os incentivos ao trabalho, mas ainda são necessárias mais pessoas a trabalhar. Estas medidas, em conjunto com esforços para melhorar a produtividade contribuem para dar uma base mais sólida aos sistemas de protecção social, bem como para adequar e tornar sustentáveis as pensões, desde que os mercados de trabalho estejam abertos aos trabalhadores mais velhos.

- Embora as **reformas dos regimes de pensões** estejam bem encaminhadas, é ainda necessário que sejam acompanhadas de perto no que toca ao seu impacto em termos de adequação e sustentabilidade futuras, particularmente para aqueles que têm modelos de carreira atípicos. Importa sensibilizar para os riscos associados à diversidade dos regimes de pensões, promovendo assim escolhas informadas.
- 16% de cidadãos da UE permanecem em risco de **pobreza** enquanto cerca de 8% estão em risco de pobreza, embora tenham emprego. Dos 78 milhões de europeus que vivem em risco de pobreza, 19 milhões são crianças. É necessário garantir oportunidades iguais a todos por meio de políticas sociais eficazes e reforçar percursos educativos bem sucedidos para cada criança para quebrar o ciclo de pobreza e exclusão. Devem ser reforçadas as políticas de inclusão e anti-discriminação, designadamente em relação aos imigrantes e respectivos descendentes e às minorias étnicas.
- Se uma criança é pobre, é porque vive num agregado familiar sem emprego ou com baixa intensidade de trabalho ou ainda porque os empregos dos pais não são suficientemente remunerados e o apoio ao rendimento disponível não é adequado para fazer face ao risco de pobreza. Por conseguinte, a luta contra a **pobreza infantil** exige uma combinação de oportunidades de emprego de melhor qualidade, que dêem aos pais a possibilidade de integrar e singrar no mercado de trabalho, medidas de apoio ao rendimento adequadas e bem concebidas e prestação dos serviços necessários para as crianças e respectivas famílias. Importa encontrar o equilíbrio adequado entre a ajuda às famílias e as medidas dirigidas directamente para as crianças. Os melhores resultados são obtidos quando as medidas incidem sobre as crianças mais desfavorecidas no contexto de uma abordagem universal.
- As políticas sociais têm um impacto decisivo na saúde que, por seu lado, constitui uma determinante fundamental das oportunidades de vida. São acentuadas as **actuais disparidades na UE em matéria de resultados** na área da saúde, com a esperança de vida dos homens a oscilar entre os 65,3 anos (Lituânia) e os 78,8 (Chipre e Suécia) e a das mulheres entre os 76,2 (Roménia) e os 84,4 (França). As preocupações em matéria de saúde devem ser contempladas em todas as políticas, incluindo a promoção de estilos de vida saudáveis, enquanto a protecção social deve garantir um acesso equitativo a cuidados de saúde e cuidados prolongados de qualidade e promover prevenção, inclusive para as pessoas a que mais dificilmente se consegue chegar.
- As necessidades de **cuidados de longa duração** estão a crescer em resultado das mudanças demográficas e societárias. Os Estados-Membros apostam na melhoria do acesso a serviços de qualidade, mas a prestação de tais serviços de qualidade permanece um desafio. É necessário encontrar o equilíbrio adequado entre as responsabilidades públicas e privadas, por um lado, e os cuidados formais e informais, por outro, sem esquecer o apoio aos que prestam cuidados informais.

Antecedentes

O sistema comunitário que assenta na definição de objectivos comuns, na avaliação e na apresentação de resultados em matéria de protecção social e inclusão — o método aberto de coordenação — funciona em paralelo com a estratégia em prol do crescimento e do emprego. O Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social será apresentado aos líderes europeus juntamente com o Relatório Conjunto sobre o Emprego, contribuindo para as conclusões do Conselho Europeu da Primavera.

Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social (proposta da Comissão):

http://ec.europa.eu/employment_social/social_inclusion/news_en.htm

Relatório conjunto da Comissão/Conselho, publicação prevista para 29 de Fevereiro de 2008:

http://ec.europa.eu/employment_social/social_inclusion/jrep_en.htm

Estudo sobre a pobreza infantil:

http://ec.europa.eu/employment_social/spsi/publications_en.htm#childpoverty